

DISCURSO, DIALOGO E SILENCIO

Abstract

My purpose in writing this paper has been to provide an association to the conversation and discourse theory, revealing the implications contained in the terminology "discourse" and "silence".

Palavras-chave: Discurso; conversação; diálogo; silêncio.

Há dois momentos na linguagem, que a lingüística classifica e/ou delimita como enunciado e enunciação, que o senso comum separa entre falar e calar, entretanto as pesquisas de pragmática (notadamente a Análise da Conversação – AC e a Análise do Discurso – AD) têm tomado como objetos de estudo o diálogo e o silêncio, o que envolve objetivos distintos: segundo a AC, descreveremos as diferentes formas de organização e estruturação do uso efetivo da língua entre dois ou mais sujeitos; segundo a AD, analisaremos como os sentidos irrompem no texto, como acontecimento do imaginário dos sujeitos. De um lado, temos o empírico, de outro, temos a interrogação. Analisaremos nesse trabalho como a AC define e/ou delimita os espaços do dizer e do não-dizer na conversação, em diálogos de dois informantes, especificamente o "inquérito n.º 62", que se encontra em CASTILHO et PRETI (1987); efetuaremos também uma análise de como a AD coloca a questão do silêncio no discurso, para o quê analisaremos editoriais dos jornais *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, todos datados de 18 de julho de 1999, um domingo. O objetivo é saber se podemos conciliar uma descrição empírica e uma interpretação analítico-racional numa única reflexão sobre a linguagem. Dividiremos essa pesquisa em uma definição do que seja diálogo e espaços do não-dizer em AC e uma definição de discurso e silêncio em AD. Após essa introdução teórico-metodológica, efetuaremos as análises e aproximações.

Procurando conceitos de diálogo, deparamo-nos com um estudo de sua evolução em MARTINS (1990), para quem a interação entre dois ou mais sujeitos tem

importância em dois grupos de teorias: as da pragmática e da conversação e as da intersubjetividade e do discurso.

Segundo a autora, a Teoria dos Atos de Fala, formulada por Austin e desenvolvida por Searle, postula um conceito de diálogo ao formular a noção de ilocutório: "o valor ilocucional de um enunciado é uma atribuição conjunta dos interlocutores, na medida em que, para Austin, a realização de um ato ilocucional é a expressão de uma interação que, para realizar-se, deve ser compreendida como tal pelo interlocutor." Nesse mesmo campo de conhecimento, a autora defende que as reformulações de Ducrot vêm ampliar um pouco mais esse trabalho teórico, porque Ducrot constrói uma isomorfia entre o ilocutório e o jurídico do enunciado, já que reflete sobre o compromisso do enunciatador com o enunciado e, mais importante, essa isomorfia "procura determinar as vozes que se cruzam na enunciação e que estão na origem do sentido do enunciado." Por sua vez, nas teorias da conversação, encontramos duas orientações para o entendimento do que vem a ser diálogo. Num primeiro momento, representado por Grice e seus princípios e máximas, o diálogo é assim concebido: "os participantes de uma conversa seriam indivíduos íntegros, fechados em si mesmos, já que constituído no universo abstrato da racionalidade; age lingüisticamente ou fora da linguagem de maneira cooperativa, para obterem resultados práticos objetivos, independentemente do âmbito de sua própria relação" (op. cit., p.39).

Num segundo momento, representado por H. Sacks, E. Schegloff e G. Jefferson, diálogo é assim concebido: "serena disputa de um jogo entre cavaleiros, que se desenvolve, como em todo jogo, a partir de regras gerais estabelecidas *a priori*, embora, também como nos jogos, cada lance ofereça uma margem de liberdade e se decida interacionalmente em cada jogada; tudo como deve ocorrer entre pessoas que dialogam" (idem, p.43). podemos observar, junto com MARCUSCHI (1986), "que toda conversação é sempre situada em alguma circunstância ou contexto em que os participantes estão engajados."

O segundo grupo de teorias que trata a intersubjetividade ligada a pressupostos ideológicos tem como fundadores Bakhtin e Pêcheux.

Em Bakhtin, a existência de um sujeito constituído numa relação de intersubjetividade lingüística é o que sustenta a teoria do dialogismo, que é entendida por Eleni Martins em três etapas: a reflexão sobre o signo social, a carnavalização e a constitutividade polifônica e dialógica do enunciado. Há dois aspectos que devem ser considerados na teoria dialógica de Bakhtin: a presença do outro na organização do dizer do sujeito e a dispersão das vozes no enunciado e entre os enunciados. O outro organiza o dizer, na medida em que “o sujeito se constitui frente ao outro, num jogo de contraposições enunciativas”. Por sua vez, “as relações dialógicas não se dão apenas entre enunciados, efetivam-se também polifonicamente no interior deles e até de uma palavra, desde que nela ressoe a palavra do outro.” (MARTINS, 1990, P.22-27). Em Bakhtin, o diálogo será entendido como uma relação lingüística que se desenvolve no equilíbrio da intersubjetividade.

Em Pêcheux¹, o diálogo “é uma relação enunciativa na qual os interlocutores assumem e reciprocamente se atribuem identidades, num jogo de imagens forjadas ideologicamente, a partir de informações sociais vigentes (...) a relação discursiva é um diálogo, se o definirmos como o resultado da interação de um *eu* e de um *tu*, mesmo que eles tenham a natureza de “anti-sujeitos”, mesmo que sejam imagens de lugares sociais constituídos em formações discursivas prévias” (op.cit., p.31-33).

A autora de **Enunciação e diálogo** defende que “o diálogo é a relação de intersubjetividade que tem suas possibilidades de ocorrência relativizadas pelo equilíbrio de poder da palavra, que se instaura no interior de cada interlocução, e que se inscreve no contexto lingüístico da relação”, conceito que nega a noção do senso comum de que diálogo seja “troca lingüística que ocorre sempre que os interlocutores têm o objetivo de entendimento, ou que buscam uma relação harmoniosa para conflito de interesses, afetivos, políticos, ideológicos, etc.” (Op.cit., p.66). Como o objetivo desse trabalho não é aprofundar teoricamente o conceito de diálogo, mas contrasta-lo à noção de silêncio na leitura de textos jornalísticos, não discutiremos todas as conseqüências teóricas da reflexão de Eleni Martins.

Em Análise da Conversação, a questão do silêncio se insere quando os autores precisam refletir a simultaneidade de falas ou sobreposição de vozes, a hesitação e o que se generaliza como pausas (vazias ou preenchidas). Marcuschi (op.cit., p.27) afirma que “as pausas, os silêncios e as hesitações são organizadores locais importantes, podendo configurar lugares relevantes para a transição de um turno a outro (...). Em geral as hesitações (ou pausas preenchidas) servem como momentos de organização e pla-

nejamento interno do turno e dão tempo ao falante de se preparar.” Nesse mesmo estudo, quando o autor define o que é turno, afirma que turno “é a produção de um falante enquanto ele está com a palavra, incluindo a possibilidade de silêncio, que é significativo e notado” (idem, p.89). Dino Preti e Hudinilson Urbano retomam esse trecho para defender a pertinência dos silêncios significativos na produção do turno conversacional: “o turno inclui a possibilidade de silêncios significativos, perfeitamente integrados na produção de um falante”, ao lado de “outros sinais não-verbais” (PRETI, D. et URBANO, H., 1990). Acreditamos que seja problemática essa caracterização do silêncio como “significativo” no instante de produção da fala, defendemos que o silêncio se encontra nesse momento e em outros lugares. Entramos assim no que entendemos por discurso.

Definirmos discurso em quatro etapas: no contraste com texto, em sua inserção no ideológico, no descentramento do sujeito, na sua relação com a memória e a interdiscursividade. Na relação entre discurso e texto percebemos a diferenciação entre o que é materialidade enunciativa – marcas referenciais de pessoa, tempo, lugar, autoria e propriedades institucionais em que se insere a linguagem –, localizamos nesses aspectos o texto, constituindo discurso os efeitos de sentido que os interlocutores trazem para a regularidade lingüística desses textos. Na perspectiva ideológica, afirmamos com INDURSKY (1997) que “o discurso não reflete a ideologia como algo que lhe é exterior, mas a mostra, enquanto efeito de sentido, porque ela é constitutiva da prática discursiva (...) a ideologia para a Análise de Discurso consiste na representação da relação imaginária com mundo real no interior dos processos discursivos.” O discurso não é a atividade lingüística de um sujeito, mas uma batalha de sentidos entre o que Pêcheux denomina de “forma-sujeito”, um jogo de imagens entre sujeitos que disputam o sentido no horizonte do Outro: um trabalho de linguagem em que o sujeito é o espelho do Outro que ele imagina dizer, lingüisticamente estilham-se duas ilusões: aquela em que o sujeito pensa que é a fonte do seu dizer (os dizeres estão distribuídos entre todos os sujeitos) e aquela em que o sujeito pensa que o sentido é aquele que ele pretendeu para o seu discurso (desaparece a transparência da linguagem na sua relação com o mundo). Partido o discurso entre sujeitos heterogêneos, chega-se à materialidade discursiva como memória e interdiscursividade, instaura-se a relação do discurso com a memória do dizer inscrita nos textos e outros discursos, enquanto pré-constituídos, vestígios do dizer de outros discursos “inaugura-se uma nova prática de leitura, que consiste em relacionar o que é dito na seqüência discursiva em análise com o que é dito em outros discursos para melhor interpretar não-ditos no interior do que é dito” (op.cit., p.42). Entramos no campo da discussão que faremos sobre o silêncio como constitutivo do discurs-

¹ Gostaríamos de salientar que Pêcheux não trabalhou teórica e terminologicamente a noção diálogo.

so e não mais como princípio organizador de texto.

O silêncio é sentido, ele não é vazio de significação; uma pessoa que não está falando, uma página em branco não estão esvaziadas de sentido, elas querem dizer alguma coisa, no entanto é necessário um contexto ou um lugar em que essa lacuna, esse branco signifiquem alguma coisa: uma pessoa que está calada num hospital, numa conferência ou ouvindo alguém falar transmite sentidos como “respeito ao espaço”, “atenção ao que está sendo pronunciado” ou “codificando uma resposta para o interlocutor”. Por sua vez, uma página em branco pode significar um espaço para anotações pelo leitor ou recurso estilístico do autor (como o célebre *capítulo CXXXIX / De como não fui ministro d’estado*, do livro **Memórias póstumas de Brás Cubas**, de Machado de Assis, em que o autor apenas escreve uma seqüência de pontos). Por outro lado, o silêncio também se manifesta num diálogo entre duas pessoas tagarelas, em que se fala muito e não se diz nada ou em textos que pretendem desviar a atenção do leitor para assuntos de menor importância, recurso muito útil em jornais. O silêncio tem um sentido que é próprio dele mesmo e tem sentidos que ele adquire na sua relação com o dizível. Podemos afirmar que o silêncio, para os objetivos de nosso trabalho, se caracteriza de três modos:

- a) a política do silêncio: que se manifesta de duas formas, o silêncio constitutivo e o silêncio local. “O silêncio constitutivo pertence à ordem de produção do sentido, representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito, se diz x para não dizer y, apagam-se os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma outra formação discursiva. O sentido local se manifesta através da censura, trata-se da produção do sentido como uma estratégia política de produção do interdito, do proibido, a interdição do dizer” (ORLANDI, 1992, PP.75-77);
- b) através do silêncio, “podemos passar das palavras para as imagens e as metáforas” (op.cit., p.15);
- c) “a materialidade do silêncio está especificada na relação do imaginário com o real” (idem, p.16).

Nossa preocupação com o silêncio passa por três caminhos: a produção do silêncio, a capacidade que um sujeito tem de silenciar outro sujeito, de fazer de um determinado sujeito político um não-sujeito, ou a invenção de um sujeito, tendo apagado os sentidos do sujeito político anterior.

Com o fenômeno da censura, o sujeito é proibido de ocupar determinadas posições na formação discursiva, o sujeito perde sua caracterização como sujeito do discurso, é negada ao sujeito a propriedade de dizer, ao sujeito é determinado um único lugar na formação discursiva, aquele que interessa ao sujeito do discurso: “a censura, ao atingir o sujeito, fixa-lhe uma imagem” (idem, pp.78-83).

Em relação ao “inquérito 62”, defendemos que o silêncio se instala já do lugar do entrevistador, quan-

do associa “clima de São Paulo” a tema um “pouquinho chato”. No caso, ele opera dois gestos de interpretação: constrói uma imagem negativa do tema, conseqüentemente institui uma formação imaginária em que os sujeitos se movimentam atribuindo sentidos negativos a práticas de sua vida diária, como o trabalho e o trânsito; o clima atrapalha: “um tempo chuVOso: ou mesmo um tempo frio... atrapalha o: no meu serviço”; o clima incomoda “choveu... acabou o trânsito... então tem que levantar mais cedo o ônibus... quando está muito calor aquele problema...” Esses sentidos de silêncio não são recuperados como simples lacunas, hesitações ou pausas vazias ou preenchidas, eles desconstruem o sujeito, devolvendo a divisão, a memória esfacelada, os esquecimentos. Abaixo, transcreverei um trecho do diálogo, eliminando a notação gráfica da Análise da Conversação, para percebermos melhor esse movimento de sentidos:

L1 – é, o clima tem uma influencia direta no comportamento da pessoa, inclusive nas atitudes

L2 – certo, e o que você acha dessa poluição que tanto falam... que vão controlar, vão fazer isso, vão criar a área metropolitana, o que que você acha?

L1 – estão controlando a poluição do ar agora, né?, o avanço da tecnologia, né? Provavelmente deve ter descoberto aí qualquer técnica que vai ajudar a controlar essa poluição do ar...

L2 – você vê, né? O mundo quer que nós conservemos a Amazônia para controlar a poluição mundial... que que você acha disso?

Como podemos observar, os sentidos circulam entre os temas: clima, comportamento humano, poluição e Amazônia, a negociação acontece não entre as palavras, mas no jogo dos dizeres formulados e dos silêncios significados; os sujeitos não estão organizados pela seleção dos turnos, eles não se constituem de modo completo, mas através das interrogações, que exigem do outro que se posicione a respeito do assunto. Voltamos a afirmar, os silêncios, nesse diálogo, não são as pausas e as hesitações, mas esse comércio de imagens; o silêncio fundante retira da noção de diálogo a necessidade da troca de turnos, ou, indo mais longe, diríamos que o silêncio recoloca no espaço da conversação o monólogo, ou as falas hegemônicas e isoladas de quem se imagina o dono da palavra. Esse aspecto é importante para uma aproximação entre as modalidades do escrito e da oralidade, ou seja, na medida em que analisarmos a presença do diálogo no monólogo, estaremos aceitando a presença do diálogo no texto, seja enquanto polifonia, memória ou interdiscursividade, seja na relação autoria, interpretação e leitura-recepção. Esperamos que esses aspectos fiquem mais esclarecidos com uma breve análise dos editoriais referidos no início do trabalho.

Analisaremos os editoriais, considerando as seguintes propriedades: o discurso e sua memória, os sujeitos arregimentados para esse dizer e os silêncios

que deslocam os sentidos para outro lugar, onde o diálogo é mudo.

Numa análise cuidadosa desses editoriais, na categoria do discurso e da memória, é perceptível que todos fazem do Brasil o seu discurso, num recorte em que esse referente aparece dividido em duas imagens, a política e a jornalística. Esse recorte faz com que o Brasil seja assunto de dois sujeitos: o político e o jornalista. O político coloca sempre o país em problemas: a reforma ministerial, a dificuldade de superar o estagio econômico, a confusão entre as operadoras de telefonia. O sujeito jornalista, por sua vez, está clivado em dois dizeres, a informação e a formação crítica; ele deve informar sobre o que ocorre no país, mas também formar criteriosamente os leitores. E nesse instante entra o silêncio e a dificuldade do diálogo no texto escrito; há realmente, em todos os editoriais, a memória de outras notícias, entretanto é na “conversa” com o leitor que o jornalista deixa de dizer tudo e diz apenas o que interessa ao jornal, como podemos analisar das três categorias consideradas. No plano da memória, a FSP toma o saber da “lição”, que faz o governo permanecer o mesmo, já o JB seleciona o saber da “meã culpa”, afirmando que o governo ou as operadoras não se desculparam, deixando o usuário de telefones “louco”, que não deixa de ser também outro pré-construído de memória; por sua vez, o ESTADÃO parte da memória do jogo de pôquer, para explicar a globalização da economia, afirmando que o Brasil não chegou a esse jogo. Os sujeitos recrutados a esses discursos caracterizam-se como: na FSP, o jornal é um sujeito crítico, que relata o anúncio que FHC fez de seu novo ministério; no JB, o jornal é um sujeito irônico, que relata o não-dizer da Anatel e o não-saber dos usuários; no ESTADÃO, o jornal é um sujeito analítico, que se refere às elites do Brasil, mas não lhes dá voz. Finalmente, os silêncios constituem esses discursos na medida em que a FSP silencia propostas e não procura ouvir as vozes da Esquerda e trunca o diálogo entre imprensa, políticos e “povo”; o JB representa a voz dos consumidores de telefones num tom de chacota, como se não fosse

palavra séria; o ESTADÃO usa a terminologia de dois campos discursivos (jogo de pôquer e economia), silenciando os que não dominam esses discursos, o que distancia sua análise da memória coletiva do político.

Essas relações entre os interlocutores na modalidade escrita, onde o autor determina o seu dizer e o dizer do leitor, aparecem como normais, no entanto se pensarmos no que se entende por “diálogo”, seja enunciativamente como quer Eleni Martins, ou em qualquer outra perspectiva teórica, os participantes do diálogo teriam certos direitos de tomada do turno. Com esse nosso estudo pretendemos mostrar que a instituição do silêncio, seja no diálogo face a face da oralidade, seja na interdiscursividade dos textos escritos, opera uma transferência de sentidos que faz com que se anulem os sujeitos e a interpretação se faça com os sentidos de outro lugar. Dessa forma, desaparece o dizer dos sujeitos mesmo no diálogo simétrico, assim como se perde a tirania do sujeito autor nos textos escritos, o sentido vai estar sempre em outro lugar: inferências, lembranças, etc., nos textos falados, e a constituição de outro texto, através da leitura, na escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Edunicamp, 1997.
- MARCUSCHI, L. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.
- MARTINS, E. *Enunciação e diálogo*. Campinas: Edunicamp, 1990.
- ORLANDI, E. *As formas do silêncio*. Campinas: Edunicamp, 1992.
- PRETI, D. et CASTILHO, Ataliba. *A cidade falada culta na cidade de São Paulo: diálogos entre dois informantes*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.
- PRETI, D. et URBANO, H. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: estudos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.